

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 108 – 19/08 a 23/08/2019

Sumário

- ❖ *Destaque da Semana*
- ❖ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ❖ *Notícias do Executivo*
- ❖ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ❖ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ❖ *Outras Notícias*
- ❖ *Atos Normativos*
- ❖ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Com saldo de 43.820 vagas, Brasil tem quarto mês positivo seguido no Caged](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 23/08/2019

Principal destaque do mês, a Construção Civil, teve saldo de 18.721 novos postos de trabalho. Os subsetores de construção de rodovias e ferrovias, principalmente em Minas Gerais e Pará; construção de edifícios, especialmente em São Paulo e Pará; e obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações, sobretudo em Minas Gerais e Bahia, foram os maiores contribuidores para o resultado.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SESI
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Extintas ADIs contra pagamento de contribuição sindical por boleto](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/08/2019

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), extinguiu sem julgamento de mérito sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade que questionavam a Medida Provisória (MP) 873/2019 na parte em que revogava a possibilidade de trabalhadores públicos e privados autorizarem o desconto da contribuição sindical em folha de pagamento e determinava sua quitação por meio de boleto bancário. A análise das ações foi considerada prejudicada em razão da perda de eficácia da MP, que não foi convertida em lei pelo Congresso Nacional no prazo previsto na Constituição Federal (artigo 62, parágrafo 3º).

[Justiça e União promovem ação conjunta para reduzir judicialização de benefícios previdenciários](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/08/2019

Reduzir o número de disputas sobre direitos previdenciários que chegam aos tribunais levou os principais órgãos que representam União e Poder Judiciário a firmarem nesta terça-feira (20), no Supremo Tribunal Federal (STF), dois compromissos para promover ações que resultem na desjudicialização de litígios relacionados a direitos e benefícios previdenciários. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STF, ministro Dias Toffoli, representou o Poder Judiciário na cerimônia de lançamento da Estratégia Nacional Integrada para Desjudicialização da Previdência Social, nome dado à iniciativa.

[Confederação questiona norma que permite transferência de valores entre ações trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/08/2019

A Confederação Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação (Contic) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6206,



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

com pedido de medida cautelar, contra normas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) relativas a depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente. O Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT 1/2019 estabelece que os saldos de depósitos recursais nas ações trabalhistas encerradas poderão ser remanejados para quitar débitos do empregador em outros processos trabalhistas pendentes de execução em todo território nacional.

[Eletricista que sofreu queimaduras no corpo vai ser indenizado por danos a projeto de vida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2019

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho fixou em R\$ 240 mil a indenização a ser paga pela Nova Palma Energia Ltda., do Rio Grande do Sul, a um eletricista que teve o corpo gravemente queimado em decorrência de choque elétrico. Segundo a Turma, o valor arbitrado nas instâncias anteriores, de R\$ 120 mil, era desproporcional ao dano sofrido pelo empregado, que teve 70% do corpo atingido pelas queimaduras.

[Pedreiro não receberá adicional de insalubridade por contato com cimento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/08/2019

A Tibério Construções Incorporações S.A., de São Paulo (SP), está isenta, por decisão da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, do pagamento de adicional de insalubridade a um pedreiro em razão do manuseio de cimento. A Turma seguiu a jurisprudência do TST de que o adicional é indevido porque a atividade não está classificada como insalubre nas normas regulamentadoras do extinto Ministério do Trabalho.

[Juristas defendem a independência e ressaltam a importância da Justiça do Trabalho no mundo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/07/2019



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

O segundo dia do Encontro Internacional de Juízes de Cortes Trabalhistas, realizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), teve como foco as experiências de diversos países com um ramo especializado da Justiça voltado para as relações de trabalho. Juristas da Alemanha, da França e do Brasil ressaltaram a importância da Justiça do Trabalho em seus países e defenderam a sua independência.

[Reciprocidade de atuação como testemunha não caracteriza troca de favores](#)

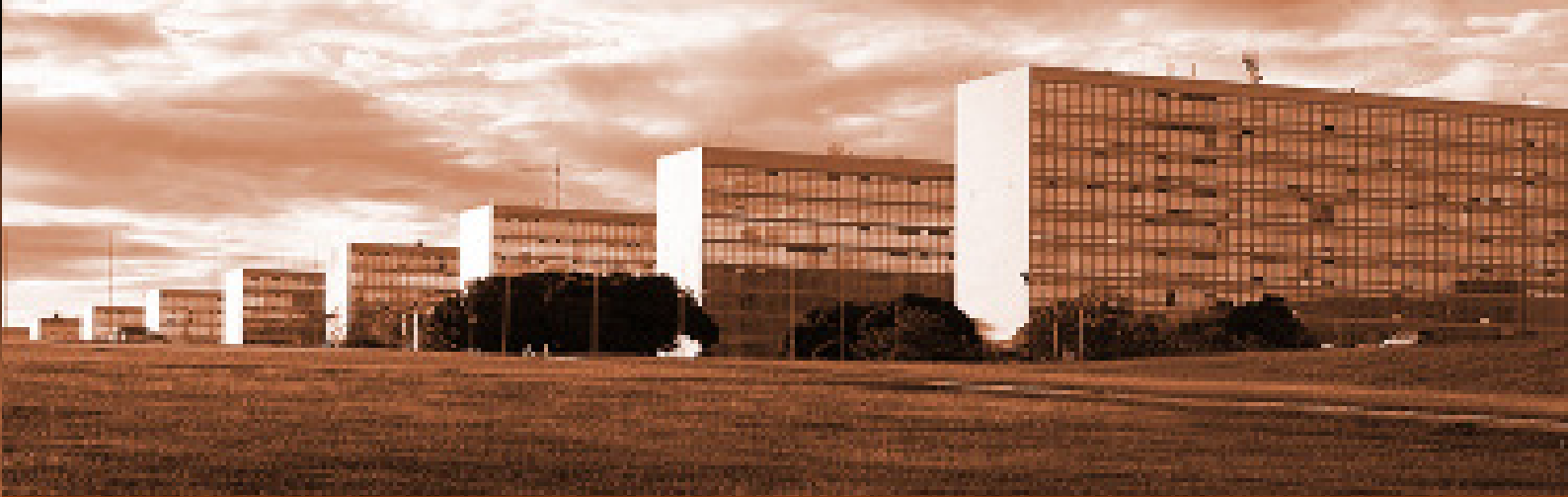
Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) leve em consideração o depoimento de uma testemunha que havia sido rejeitada por suposta troca de favores com um consultor da Victoire Automóveis Ltda., de São Paulo. A reciprocidade da atuação como testemunhas, por si só, segundo a Turma, não caracteriza suspeição.

[Métodos de mediação em conflitos coletivos adotados pelo TST são apresentados aos TRTs](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2019

O modelo atualmente adotado para a mediação pré-processual em dissídios coletivos no TST foi formalizado em 2016 pelo Ato TST.GP 168/2016 e pela Resolução CSJT 174/2016 e tem sido implementado em vários TRTs. Esse procedimento, mediante o qual a Vice-Presidência promove mediações antes da distribuição dos processos para julgamento, tem sido bastante procurado por empresas e entidades sindicais para a solução de conflitos.



Notícias do Executivo

[Sesi da Bahia realiza evento para discutir alterações em normas regulamentadoras](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 22/07/2019

Representantes da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia (SRT-BA) participaram nesta segunda-feira (19) do painel Agenda Estratégica Sesi em SST – Série Entenda as Normas Regulamentadoras: Mudanças na NR-01 e NR-12, realizado no auditório da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb). O evento reuniu especialistas para discutir as mudanças nas Normas Regulamentadoras nº 1 (NR-1) e nº 12 (NR-12), aplicadas à gestão de segurança e saúde no trabalho (SST) e que impactam diretamente as empresas e os trabalhadores.

[Participe da consulta pública para atualização e simplificação de decretos trabalhistas](#)

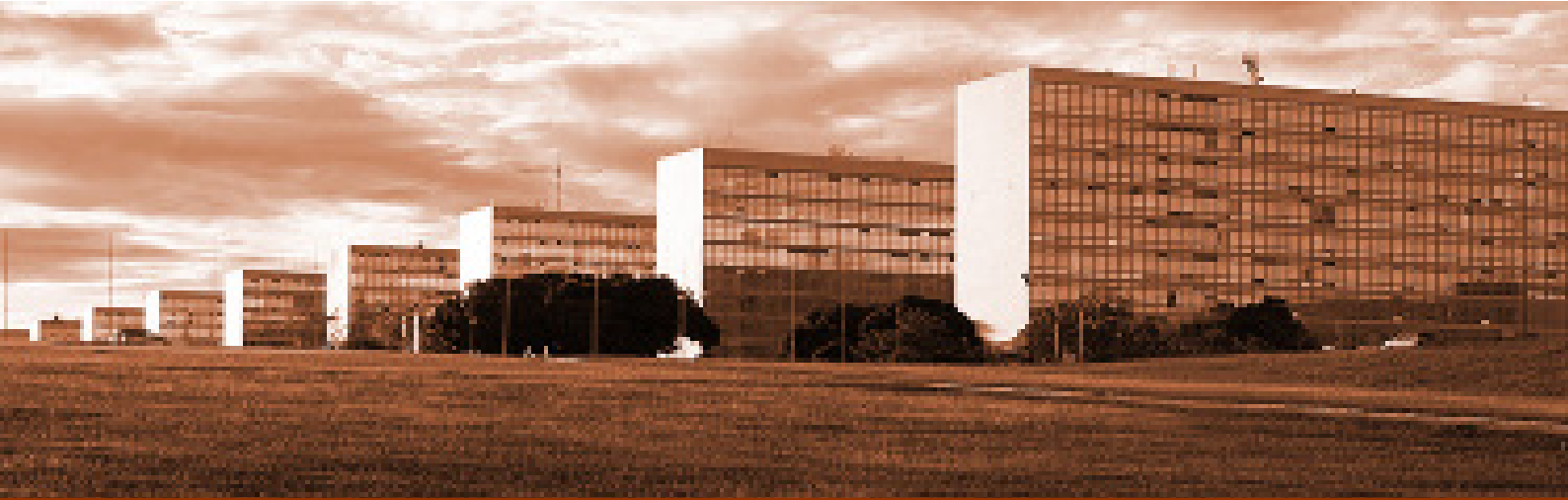
Fundacentro - 20/08/2019

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho lançou consultas públicas para a simplificação e adequação de decretos que regulamentam a legislação trabalhista. As contribuições podem ser enviadas até o dia 30 de agosto no endereço eletrônico participa.br/secretaria-de-trabalho.

[Assédio moral, violência no trabalho e saúde e segurança do trabalhador são tratados no CTN](#)

Fundacentro - 23/08/2019

As tecnologistas da Coordenação de Saúde no Trabalho (CST) Daniela Sanches Tavares, Cristiane Queiroz Barbeiro Lima (aposentada) e Juliana Andrade Oliveira apresentaram os temas sobre “Assédio Moral, Violência no Trabalho e Saúde e Segurança do Trabalhador” sejam pautas de discussões e reflexões para que a vida do trabalhador e da trabalhadora



Notícias do Executivo

seja prioridade em um ambiente de trabalho.

[Niosh e Opas recebem presidente e servidor da Fundacentro](#)

Fundacentro - 22/08/2019

O presidente da Fundacentro, Felipe Portela, visitou a Niosh (National Institute for Occupational Safety and Health) em Washington, nos Estados Unidos, em 21 de agosto. Já no dia 22, participou de reunião na Opas (Organização Pan-americana da Saúde) com os Centros Colaboradores em Saúde Ocupacional, ao lado do tecnologista Daniel Biten-court, que atua no Centro Estadual de Santa Catarina.

[Palestra aborda Lei Brasileira de Inclusão](#)

Fundacentro - 21/08/2019

A Fundacentro realiza a palestra “A Lei Brasileira de Inclusão” em 10 de setembro, das 10h às 12h, em São Paulo/SP. Aline Moraes, diretora da Santa Causa Boas Ideias e Projetos, será a palestrante. As inscrições gratuitas estão abertas no [site institucional](#). Solicita-se a doação de 1kg de alimento não perecível no dia da atividade.

[Fundacentro apresenta medidas de gestão para Conselho Curador](#)

Fundacentro - 19/08/2019

O Conselho Curador da Fundacentro se reuniu nesta segunda, 19 de agosto, no prédio da instituição, em São Paulo/SP. Também houve participação de membros em Brasília/DF, por meio de videoconferência. Na ocasião, a gestão apresentou as medidas administrativas realizadas para ajuste fiscal, as atividades técnicas deste primeiro semestre e a instalação da Coordenação de Diagnósticos e Prospecções.



Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Balazeiro toma posse como Procurador-Geral do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/08/2019

O procurador do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro assumiu nesta quinta-feira (22) o cargo de Procurador-Geral do Trabalho (PGT), em solenidade na Procuradoria-Geral da República. O novo PGT afirmou que há muitos desafios pela frente e que trabalhará para reforçar o papel do Ministério Público do Trabalho como defensor intransigente dos direitos sociais do trabalhador e do trabalho digno. Balazeiro foi empossado pela procuradora-geral da República Raquel Dodge e comandará o MPT pelo biênio 2019-2021.

[MPT-MT se reúne com governador de Mato Grosso](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/08/2019

O governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes, recebeu, na última quinta-feira (15), em seu gabinete no Palácio Paiaguás, o procurador-chefe do MPT em Mato Grosso, Rafael Mondego Figueiredo, e o coordenador de Primeiro e Segundo Graus, procurador André Canuto. Entre os assuntos tratados, destaque para a atuação do MPT no combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo e na promoção de um ambiente de trabalho seguro.

[MPT-RJ participa do “Dia D” da Inclusão Profissional](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/08/2019

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) participou hoje (20/08), do “Dia D” da Inclusão Profissional. O evento ocorreu no Centro Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande, Zona Oeste da cidade. O “Dia D” da inclusão profissional tem o objetivo de aproximar as empresas que devem cumprir cotas de inclusão dos trabalhadores com deficiência em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em reunião com diretores e delegados do SINAIT, subsecretário de Inspeção do Trabalho fala de projetos para a SIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/08/2019

O subsecretário de Inspeção do Trabalho, Celso Amorim, participou da reunião do Conselho de Delegados Sindicais e da Diretoria Executiva Nacional do SINAIT nesta quinta-feira, 22 de agosto, em Brasília. Ele conversou sobre as mudanças que pretende implementar na Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT e nas unidades regionais de trabalho sob sua gestão.

[À Secretaria de Trabalho, SINAIT expõe apreensão com corte orçamentário e com mudanças físicas nas SRTs](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/08/2019

Dirigentes do SINAIT expuseram à equipe da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia a apreensão da categoria com o corte orçamentário na Fiscalização do Trabalho e com alterações nas estruturas físicas das Superintendências Regionais do Trabalho – SRTs em razão do Projeto Unifica.

[Conatrae discute Edital de seleção de entidades para composição da nova Comissão](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/08/2019

Na pauta da reunião da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), a análise e considerações sobre o Edital de Seleção de Entidades da Sociedade Civil para compor a Comissão e a Nota Pública em repúdio aos recentes ataques a Auditores-Fiscais do Trabalho. A reunião foi mediada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Dante Cassiano Viana, coordenador-geral da Conatrae, e por Hebert Barros, diretor da Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos.



Outras Notícias

[“Época quente” não isenta empresa de pagar insalubridade por calor, diz TRT-4](#)

Consultor Jurídico - 24/08/2019

Época quente do ano não isenta empresa de pagar insalubridade para trabalhador que atua em ambiente fechado e é exposto a calor. Este é o entendimento da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) no caso de um homem que trabalhava como operador de extrusão em uma indústria de embalagens plásticas.

[Revistar empregado sem contato físico não gera dano moral, decide TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 23/08/2019

A revista visual a pertences dos empregados, sem contato físico com o trabalhador, não configura ofensa à dignidade, nem violação de intimidade ou da honra. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformou sentença de primeiro grau e excluiu da condenação da empresa o pagamento de indenização em R\$ 5 mil, por danos morais.

[Assumir cargo não dá direito ao mesmo salário de antigo funcionário](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2019

O empregado que ocupa cargo vago em definitivo não tem direito a salário igual ao do antecessor. O entendimento, pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho na Súmula 159, foi aplicado pela corte ao reformar que havia condenado a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro a pagar diferenças de gratificação de função a uma empregada pelo exercício de cargo de gerência.



Atos Normativos

[CIRCULAR CEF Nº 870, DE 16 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 19/08/2019 Seção I Pág. 27) -
Divulga versão atualizada do Manual Operacional do Agente Operador do FGTS;

[RESOLUÇÃO CNDM Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 19/08/2019 Seção I Pág. 52)
- Estabelece o período para a realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília, Distrito Federal, com o objetivo de “Garantir, fortalecer e ampliar a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, com vistas ao enfrentamento a todas as formas de violência, bem como facilitar a participação, a inclusão, o trabalho, a autonomia social, econômica, política e cultural das mulheres no Brasil;

[PORTARIA MDH Nº 2.046, DE 15 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 19/08/2019 Seção I Pág. 52) - Declara a revogação, para fins do disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de atos normativos;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 934, DE 19 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 20/08/2019 Seção I Pág. 23) - Altera a Resolução nº 854, de 2017, e determina a distribuição de resultado positivo do FGTS referente ao exercício de 2018;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 238, DE 19 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 21/08/2019 Seção I Pág. 43) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Retenção da Contribuição Previdenciária. Cessão de Mão-de-Obra. Serviços de Manutenção de Redes de Telecomunicações.

[PORTARIA ME Nº 424, DE 21 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 22/08/2019 Seção I Pág. 06) - Dispõe sobre medidas de racionalização de gastos e redução de despesas para o exercício de 2019 no âmbito do Ministério da Economia, autarquias e fundações vinculadas;

[PORTARIA SEPRT Nº 972, DE 21 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 22/08/2019 Seção I Pág. 19) - Revoga portarias de criação de colegiados e de aprovação dos respectivos regimentos no âmbito do extinto Ministério do Trabalho - (Processo nº 19964.103375/2019-89);



Atos Normativos

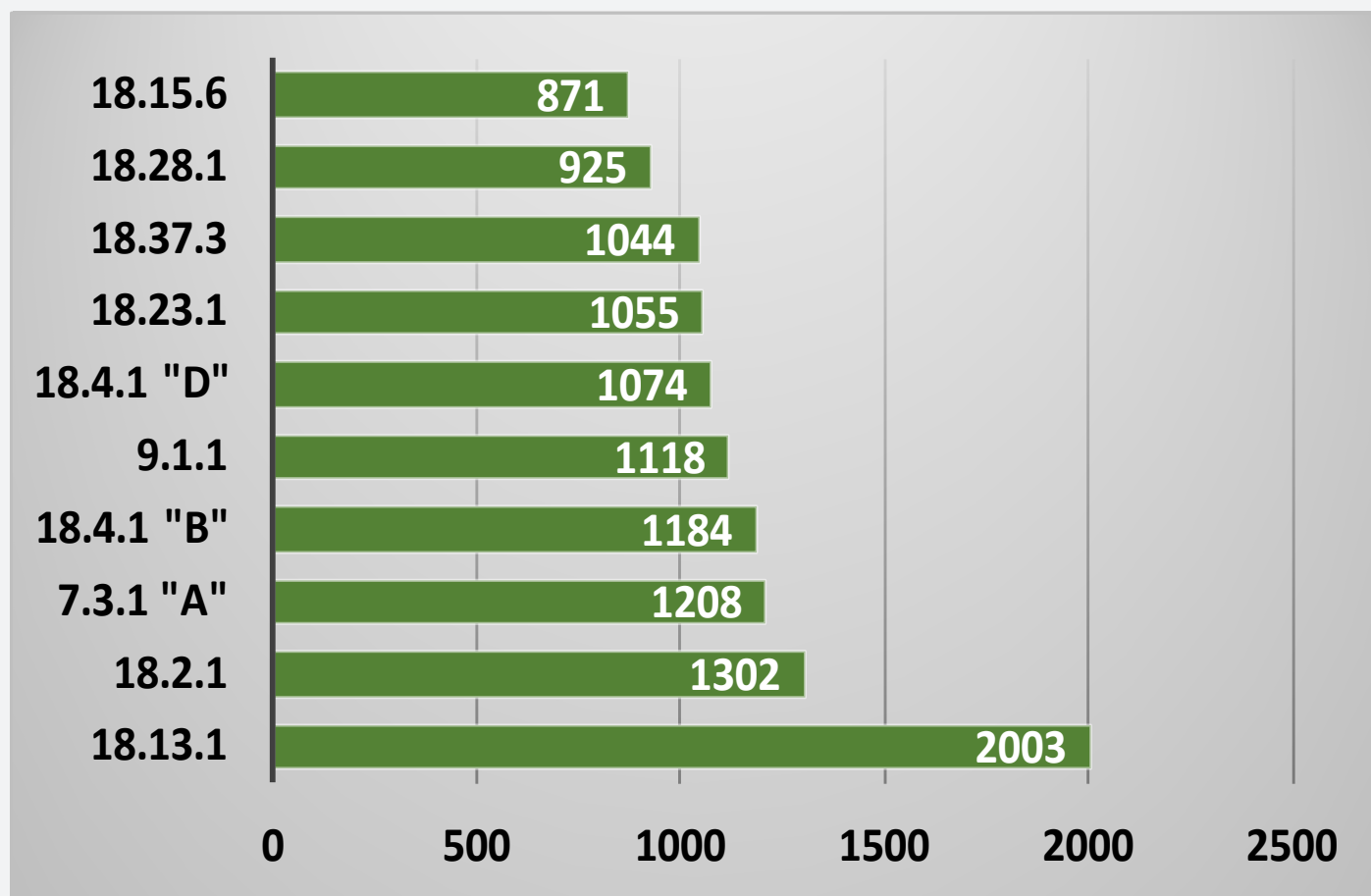
[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 8.015, DE 17 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 22/08/2019 Seção I Pág. 24) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Ementa: Cessão de Mão-de-Obra. Serviços de Análises Clínicas. Retenção. Sujeição;

[RESOLUÇÃO CNDH Nº 8, DE 14 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 23/08/2019 Seção I Pág. 55) - Dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Notificação : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

18.2.1. É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

7.3.1. Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.4.1. Os canteiros de obras devem dispor de:

b) vestiário;

9.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio

ambiente e dos recursos naturais.

18.4.1. Os canteiros de obras devem dispor de:

d) local de refeições;

18.23.1. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.37.3. É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.28.1. Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico